

## O NOMINALISMO DE LEIBNIZ E A LÍNGUA FILOSÓFICA<sup>237</sup>

Benson Mates

Tradução: William de Siqueira PiauÍ, Rayane Ribeiro dos Santos e Marcos Roberto Santos<sup>238</sup>

Um aspecto muito importante da metafísica de Leibniz — e que muitas vezes tem sido negligenciado por expositores e intérpretes — é sua tendência ao nominalismo. Não restam muitas dúvidas de que era um nominalista — certamente na parte inicial da sua carreira filosófica e, em minha opinião, também na parte final.<sup>239</sup> Isso não significa, é claro, que ele fosse um nominalista em todos os sentidos em que esse termo foi usado pelos historiadores da filosofia. Também não significa que ele era um nominalista no sentido em que ele mesmo usava o termo (embora ele nos diga que, com reservas, esse era realmente o caso). Em vez disso, o sentido de “nominalista” que tenho em mente aqui é o sentido que tem na atual discussão filosófica anglo-americana sobre o chamado compromisso ontológico.<sup>240</sup> De acordo com isso, um nominalista, em contraste com um platonista, é aquele que nega a existência de entidades abstratas, afirma que existem apenas indivíduos concretos e, conseqüentemente, considera que todas as afirmações significativas que parecem ser sobre entidades abstratas devem, de alguma forma, ser reformuladas como afirmações mais claramente concernentes apenas a indivíduos concretos.<sup>241</sup> Adequadamente falando, “concreto” e “abstrato” referem-se a termos ou conceitos, não a elementos da realidade. Termos concretos são aqueles sob os quais os

---

<sup>237</sup> Excerto do capítulo X “*Leibniz's Nominalism and The Lingua Philosophica*” in: MATES, 1986 (N.T.).

<sup>238</sup> PIAUÍ, W. S. (e-mail: [piauiusp@gmail.com](mailto:piauiusp@gmail.com)), doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo e atualmente professor do Programa de Pós Graduação em Filosofia e do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do GEFILUFS; SANTOS, Rayane R. (e-mail: [rayribeiro@academico.ufs.br](mailto:rayribeiro@academico.ufs.br)), mestranda pela Universidade Federal de Sergipe e membro do GEFILUFS.; e PEREIRA, Marcos Roberto Santos (e-mail: [marcosrsp.philosophia@gmail.com](mailto:marcosrsp.philosophia@gmail.com)), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Metafísica (PPGμ) da UnB, e membro do GEFILUFS (N.T.).

<sup>239</sup> Assim, concordo com Gottfried Martin (cf. Martin 1967,141). Às vezes se afirma que Leibniz começou como um nominalista e mais tarde se viu forçado ao realismo. CS Peirce (The Nation 68[1889]:210) foi um dos primeiros proponentes dessa visão. Mas não consigo encontrar nenhuma evidência que apoie isso claramente.

<sup>240</sup> Cf. Quine (1961), 9ff., 117-18, 128-29; Quine (1960), 233ss.

<sup>241</sup> Burkhardt, que se opõe veementemente a chamar Leibniz de nominalista, descreve a posição como “individualização ontológica”, a doutrina de que existem apenas indivíduos. Isso parece indistinguível do que estou chamando de “nominalismo”, a menos que aceite a existência do que Leibniz chama de abstrata singulariza. Cf. Burk 333 e Burkhardt (1974), 59ff. Cf. também LHIVI 9 1-17, editado por Jolley, SL 7 (1975), 161 ss., especialmente p. 183.

indivíduos se enquadram, como “homem” ou “César”, enquanto termos abstratos são aqueles como “humanidade” ou “calor”.<sup>242</sup>

Nota-se que um nominalista tem todo o direito de usar terminologia abstrata, desde que tenha uma maneira de eliminá-la em favor da concreta; conseqüentemente, do fato de um filósofo usar termos abstratos não se segue que ele não seja um nominalista. A falta de atenção a isso deu origem a uma quantidade considerável de argumentos fúteis entre os historiadores da filosofia, incluindo os comentadores de Leibniz.

É verdade que Leibniz raramente enfatizou essa característica de sua filosofia, especialmente em seus últimos anos. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de que o nominalismo não era uma doutrina popular e, embora Leibniz não fosse o covarde intelectual que Russell o faz parecer, ele também não se esforçou para contestar as opiniões recebidas.<sup>243</sup> Seja como for, muito de sua atividade filosófica e muitas de suas doutrinas tornam-se mais compreensíveis quando se tem em mente que ele não acreditava na existência de entidades abstratas de nenhum tipo.

## 1. Que existem apenas substâncias individuais

Uma das poucas afirmações explícitas do nominalismo de Leibniz é encontrada em um rascunho intitulado *De accidentibus*, para o qual Grua conjectura a data de 1688. Depois de se debater com questões relacionadas a saber se os acidentes das substâncias devem ser considerados partes da realidade, Leibniz conclui (em uma veia bastante deliberativa):

Até agora não vejo outra maneira de evitar essas dificuldades a não ser considerando as entidades abstratas não como coisas reais [*res*], mas como formas abreviadas de falar [*compendia loquendi*] — de modo que, quando uso o nome calor, não é necessário que eu seja fazendo menção de algum assunto vago, mas sim que eu deveria estar dizendo que algo é quente — e nessa medida eu sou um nominalista, pelo menos provisoriamente... Não há necessidade de levantar a questão de saber se existem variadas realidades em uma substância que são os fundamentos de seus variados predicados (embora, de fato, se for levantado, o julgamento seja difícil). Basta colocar apenas substâncias como coisas reais [*res*] e afirmar verdades sobre elas. Os geômetras também não usam definições de entidades abstratas, mas as reduzem a concretas; assim, Euclides não usa sua própria definição de razão, mas sim

---

<sup>242</sup> LH IV vii C 101 (Fasz. I, #57,181-83).

<sup>243</sup> Assim, ele escreveu certa vez: “A metafísica deve ser escrita com definições e demonstrações precisas, mas nada deve ser demonstrado nela que conflite demais com as opiniões recebidas. Assim, esta metafísica poderá ser recebida se for aprovada uma vez; depois, se alguém o examinar mais profundamente, considerará as conseqüências necessárias” (Lestienne [1962], 14 n. 1 [ênfase de Leibniz]; cf. Adams [1982], 283 a 64).

aquela em que ele afirma quando se diz que duas quantidades têm a mesma, maior ou menor razão.<sup>244</sup>

Além dessa afirmação relativamente definida, temos as conhecidas e muito favoráveis observações de Leibniz sobre o nominalismo medieval. No prefácio de sua edição de Nizólio<sup>245</sup>, ele declara que os nominalistas eram os mais profundos de todas as seitas escolásticas, e que sua abordagem da filosofia é a mais compatível com o que ele chama de “o modo reformado atual de filosofar”. Ele tem grande consideração por Guilherme de Ockham, a quem classifica explicitamente como nominalista, e a Thomas Hobbes, a quem chama de “supernominalista”<sup>246</sup>. Embora conteste a afirmação de Hobbes de que o que é verdadeiro e o que não é verdadeiro dependa apenas da vontade humana (porque a atribuição de nomes às coisas é arbitrária), ele deixa claro que não considera essa visão errônea como parte do nominalismo, mas antes como algo que Hobbes acrescentou.<sup>247</sup>

Falando por si mesmo no mesmo prefácio, Leibniz diz: “Parece certo que a paixão, por inventar palavras abstratas, tem ofuscado quase inteiramente a filosofia para nós; podemos muito bem dispensar completamente esse procedimento em nosso filosofar. Pois as concretas são realmente coisas [*vere res sunt*]; as abstrações não são coisas, mas modos das coisas”.<sup>248</sup> A

---

<sup>244</sup> Grua 547. Cf. A.6.6.217 e Mugnai (1976), 133ff. No G IV 433 (L 307) um acidente é definido como “um ser cujo conceito não inclui tudo o que pode ser atribuído ao sujeito ao qual o conceito é atribuído”. Em A.6.6.333, os acidentes são mencionados como “seres adicionados a uma substância”. Mas compare G II 458: Todo acidente é uma espécie de abstração; somente as substâncias são concretas. (Sobre a ambiguidade de “acidente”, ver cap. 11, sec. 2.) Sobre o uso que Leibniz faz da expressão *compendium loquendi*, cf. GII 305: É, portanto, um *compendium loquendi* quando falamos de um [todo], onde há mais coisas do que podem ser atribuídas a qualquer todo, e tratamos como uma magnitude o que não tem as propriedades de tal.... *Philosophice loquendo*, não falo de grandezas infinitamente pequenas, nem tampouco de grandezas infinitamente grandes, nem mais de infinitesimais do que de infinitos. Pois eu os trato todos *per modum loquendi compendiosum* para ficções da mente, úteis para o cálculo, como raízes imaginárias na álgebra.

<sup>245</sup> Como já o dissemos, o texto mencionado foi estudado nas reuniões do GEFILUFS e se encontra traduzido, cf. LEIBNIZ, G. W. *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mário Nizólio* (1670). Tradução de Húudson Canuto. São Cristóvão. *O Mangueral – Revista de Filosofia*, v. 2, n.9, pp. 49-96, 2021. Valeria a pena comparar a leitura de Benson Mates com a de Francesco Barone que virá dois textos à frente (N.E.).

<sup>246</sup> G IV 148 (L 127ss.). Burk (410-11) classifica Ockham como um psicólogo conceptualista (a *psychologischer Konzeptualist*). Cf. Boehner em Ockham (1957), XI: “Parece justificável considerar Ockham como a figura central de um novo movimento, conhecido como a escola dos nominalistas, a *schola* ou *via nominalium*.”

<sup>247</sup> G IV 148 (L 127ss.); cf. A.2.1.227-28. Em A.6.2.429 n. 3 ele observa que, como na aritmética, as proposições verdadeiras permanecem verdadeiras quando a notação é alterada. Couturat (CL 468ff.) diz que Leibniz rejeitou não apenas o nominalismo de Hobbes, mas também o nominalismo “puro e simples, como o apresentado por Nizólio”. Ele então passa a interpretar a crítica de Leibniz às reduções grosseiras de Nizólio – por exemplo, a sugestão de que “ovelhas” significa a totalidade de todas as ovelhas, consideradas como um enorme rebanho amplamente distribuído – como evidência de que Leibniz rejeitou o nominalismo. A discussão posterior de Couturat mostra que ele usa “nominalista” em tal sentido que um nominalista não pode concordar que existem verdades necessárias.

<sup>248</sup> G IV 147 (C 126); cf. A.6.6.217. LH IV VII B 3 40-49 (Fasz. 2, #97, 357): ... *nam si humanitas est res aliqua, utique intelligi potest essentiam eius ab ipsa re esse distinclam, et habebimus si ita dedos placet quandam humanitalitatem; et hoc ibit in infinitum. Unde scholaslicorum tricae circa abstracta.*

isso ele acrescenta: “Portanto, se alguém deseja dar uma exposição perfeita dos elementos da filosofia, deve abster-se quase inteiramente de termos abstratos”.<sup>249</sup>

Um pouco mais adiante, no mesmo prefácio, Leibniz observa com pesar o fato de que até mesmo Hobbes se sentiu obrigado a admitir alguma utilidade para termos abstratos. Hobbes baseou isso na observação de que, por exemplo, uma coisa é duplicar o que é quente, mas outra é duplicar o calor. Leibniz responde que a duplicação do calor pode perfeitamente ser expressa exclusivamente por meio de termos concretos — por exemplo, dizendo que a coisa ficou duas vezes mais quente do que antes.<sup>250</sup>

Em outro lugar, novamente usando seu exemplo favorito de “calor” e “quente”, ele afirma que, se forem admitidas abstrações, também teremos de admitir, na mesma base, abstrações de abstrações, e assim por diante, *ad infinitum*: “É bom aqui nos livrarmos de conceitos abstratos, já que eles não são necessários, e especialmente porque resultariam em abstrações de abstrações. Assim, no lugar de 'calor', devemos considerar 'quente'; pois, caso contrário, alguém poderia inventar uma 'calorosidade' e assim por diante, *ad infinitum*.”<sup>251</sup>

Nos *Novos ensaios* e em outros lugares, Leibniz adiciona os seguintes pontos: “na verdade, o conhecimento das coisas concretas é sempre anterior ao das abstratas — as coisas quentes são mais conhecidas do que o calor”.<sup>252</sup> e “o conhecimento científico não é sobre universais, mas sobre particulares, ou até mesmo sobre possíveis”.<sup>253</sup>

De tudo isso, junto com muitos outros no mesmo sentido, fica claro o suficiente que Leibniz concordaria plenamente com aquele notório pronunciamento do nominalismo atual: “Não acreditamos em entidades abstratas”.<sup>254</sup> Ele não acredita em números, figuras geométricas

---

<sup>249</sup>GIV 147; cf. S 472. C 243: *In lingua rationali videndum an non abstractis absinteripossit, autsaltem quousque possit*. LHIV VII C 101 (Fasz. 1, #57, 182): “Se o calor é uma entidade diferente do objeto quente, a humanidade também será uma entidade diferente do homem, mas a humanidade não é nem uma substância nem um acidente. Para evitar esse tipo de absurdo, é melhor abster-se regularmente de abstrato, ou pelo menos reduzir [ou retornar] o sujeito posteriormente a concreta”.

<sup>250</sup>G IV 147; cf. C 390. A.6.6.179: atribuir poder ao calor ou a outras qualidades é atribuí-lo aos corpos na medida em que possuem as qualidades.

<sup>251</sup>C 512-13. Cf. n. 9 acima e GIV 147 (L 126). No SL VII (1975, 187) ele trocadilhos que se seguirmos esse caminho com os termos *ens*, estaremos multiplicando entidades além da necessidade, procedendo de *ens* para *entitas* para *entitatitas*, e assim por diante, *in infinitum*.

<sup>252</sup>A.6.6.145.

<sup>253</sup>A.6.2.461 n. 49. Em A.6.2.448 n. 8 Leibniz diz que quando *omnis* é aplicado a um substantivo singular, por exemplo, ao substantivo *homo*, a proposição é “figurativa”; o “figurativo” *omnis homo est animal* é sinônimo do “próprio” *omnes homines sunt animalia*. “Assim”, diz ele, “a suposição de que os universais, além dos singulares, são reais surge da linguagem”.

<sup>254</sup>N. Goodman e WV Quine, “Passos em direção a um nominalismo construtivo”, *Journal of Symbolic Logic* 12 (1947), 105-22. Em C 437 Leibniz diz “... *abstracta sunt entia* ...”, e ele faz o mesmo em LH IV III C 85r e em

ou outras entidades matemáticas,<sup>255</sup> nem aceita abstrações como calor, luz, justiça, bondade, beleza, espaço ou tempo, nem novamente admite qualquer realidade para parafernália metafísica como conceitos, proposições, propriedades, objetos possíveis e assim por diante. As únicas entidades em sua ontologia são indivíduos-acidentes, e às vezes ele até tem dúvidas sobre os acidentes.<sup>256</sup>

## 2. Reformulações Nominalistas

Infelizmente, Leibniz não nos dá nenhuma instrução geral para eliminar de nosso discurso os termos abstratos que, segundo ele, tanto contribuem para o ofuscamento da filosofia.<sup>257</sup> Se as sentenças significativas que contêm tais palavras são apenas *compendia loquendi* para sentenças que claramente se referem apenas a indivíduos, deve haver alguma maneira de recuperar as versões não abreviadas, de modo que fique mais claro exatamente aquilo sobre o que estamos falando. Leibniz lida com alguns casos particulares e fornece dicas de como certas outras classes de casos poderiam ser tratadas. Assim, como mencionamos, em seu comentário sobre Hobbes, ele indica que uma afirmação como

*O calor de x foi duplicado*

é um *compendium loquendi* [, então deve ser vertido] para

---

outros lugares; isso significa apenas, penso eu, que os termos abstratos não são absurdos, e não implica que os abstratos existam (ou subsistam).

<sup>255</sup> C 8; G II 101. G IV 491: Um número, por exemplo,  $1/2$ , é apenas uma relação. G IV 569 (L 583-84): “No entanto, os matemáticos não precisam de todas essas discussões metafísicas, nem precisam se embaraçar sobre a existência real de pontos, indivisíveis, infinitesimais e infinitos em qualquer sentido rigoroso. Em minha resposta, apontei isso e, no mesmo ano, sugeri que a exigência dos matemáticos de rigor em suas demonstrações será satisfeita se assumirmos, em vez de tamanhos infinitamente pequenos, tamanhos tão pequenos quanto os necessários para mostrar que o erro é menos do que qualquer oponente pode atribuir e, conseqüentemente, nenhum erro pode ser atribuído.

<sup>256</sup> A.6.6.217. GV 132: Existem apenas substâncias e seus modos ou modificações (qualidades); a estes o entendimento acrescenta relação. SL VII (1975), 189: *Sic substantia universalis, seu Homo in genere non Res est sed Terminus. Homo qui universalis sit non datur, itaque abstinere philosophosent multis quaestionibus inanibus, et parcere chartae, velpotius tempori lectoris et suo.* G II 101 (M 126-27): “Nossa mente percebe ... relacionamentos.” LH IV VII C 73-74 (Fasz. 2, #103, 406): *Ens omne singulare seu individuum est, sed Termini sunt vel singulares vel universales...*

<sup>257</sup> Como mencionamos anteriormente, ele, no entanto, critica algumas reduções grosseiras de Nizólio. Nizólio primeiro propõe analisar *omnis homo est animal* em *omnes homines sunt animalia*. Com isso, Leibniz não tem problema. Mas então Nizolius toma *omnis homo* e *omnes homines* para representar o agregado de todos os homens. Leibniz observa que esse tipo de análise levaria ao absurdo de que o agregado de homens é um animal e que todo homem é o agregado total de animais. Em vez disso, diz ele, *omnes homines sunt animalia* significa apenas que se você pegar Titius ou Caius ou qualquer outro homem, descobrirá que ele é um animal. Observe bem que Leibniz corrige Nizolius desta forma nominalista, ao invés de afirmar que *omnis homo est animal* é sobre o conceito Homem. A.6.2.430-31.

*x está duas vezes mais quente do que antes.*

Para

*A duração de x é eterna,*

ele oferece

*x dura eternamente.*<sup>258</sup>

Em outro lugar ele sugere, com efeito, que as ocorrências do termo abstrato “animalidade” (*animalitas*) podem ser eliminadas em favor do predicado “*x é um animal*” (*to aliquid esse animal*).<sup>259</sup>

Porém, mais interessantes, talvez, sejam suas tentativas de eliminar não apenas termos abstratos como “animalidade” e “calor”, mas também vários substantivos gerais, adjetivos e verbos que os platônicos consideram como universais. Assim, ele propõe se livrar de “homem” em “O homem é um animal” ou “Todo homem é um animal” usando, em vez disso, “Todos os homens são animais”, o que dá ao semanticista metafísico menos desculpa para postular um Homem universal, ou usando “Se alguém é um homem, então ele é um animal”, que, com os termos gerais ocorrendo apenas como partes dos predicados, é claramente sobre indivíduos e não sobre masculinidade.<sup>260</sup>

Existem também algumas análises interessantes nas quais palavras que tem a ver com números (lembre-se que ele nega a existência de números) são eliminadas. A declaração

*Pedro e Paulo são dois apóstolos,*

que pode parecer ser sobre o número dois, bem como sobre Pedro e Paulo, é de fato analisada como

*Pedro é um apóstolo e Paulo é um apóstolo e não é o caso que Pedro seja Paulo e Paulo seja Pedro.*<sup>261</sup>

Outros exemplos da eliminação desses tipos de expressões serão dados na próxima seção e no capítulo 12 [do restante do livro].

Afirmações como

O conceito de Adão contém tudo o que pode ser atribuído a ele, que contém a própria terminologia metafísica fundamental de conceitos, proposições, propriedades, ideias e coisas

---

<sup>258</sup> G VII403 (L 705).

<sup>259</sup> C389#139(P78).

<sup>260</sup> A.6.2.448n. 6.451 n. 18, 472 n. 86.

<sup>261</sup> C 239-40 (P 36).

do tipo, de Leibniz, pode parecer mais recalcitrante. Mas um método de tratá-los aparecerá se tivermos em mente três pontos. Primeiro, deve-se notar que ideias, para Leibniz, são apenas disposições da mente para pensar de determinadas maneiras; uma ideia de uma coisa é uma disposição ou uma capacidade de pensar nessa coisa<sup>262</sup>. Eu interpreto isso como significando, ou pelo menos implicando, que afirmações que parecem ser sobre certas entidades efêmeras chamadas “ideias” podem, em princípio, ser reformuladas para deixar claro que são apenas sobre estados de mônadas individuais. Leibniz afirma — de forma alguma original para ele — que ter uma ideia em um determinado momento não requer ter um pensamento real naquele momento, mas apenas uma disposição para pensar de uma certa maneira se as condições necessárias forem obtidas. Assim, para usar um exemplo antigo, o homem adormecido ainda tem uma ideia de justiça, porque quando acorda e o assunto é levantado, ele pode considerar se alguma ação é justa ou injusta. Consequentemente, para Leibniz, dizer que essa ou aquela ideia está na mente de alguém não é dizer que a mente desse alguém é um tipo de receptáculo que contém entidades com um *status* ontológico diferente daquele de indivíduos como você e eu, mas, somente, dizer que dentre os atributos da pessoa em questão existe a disposição de pensar de uma determinada maneira

O segundo ponto é que os conceitos aos quais Leibniz se refere são altamente idealizados. Quando ele diz que o conceito de Adão contém tudo o que pode ser atribuído a ele, ele obviamente não está se referindo ao seu conceito de Adão ou ao meu conceito de Adão, que devem ser incompletos e em alguns aspectos vagos e confusos. Em vez disso, ele está se referindo ao conceito de Adão que seria sustentado por uma mente não limitada pelas várias fraquezas que afetam a nós, mortais; em suma, ele está se referindo ao conceito de Adão de Deus.<sup>263</sup> Esse tipo de idealização, acredito, aplica-se não apenas a conceitos individuais completos, mas também a seus componentes menos completos, pois presumivelmente o conceito perfeito de Adão de Deus é composto de conceitos componentes perfeitos de Racional, Animal e Primeiro etc. Proposições, como conceitos compostos, também são idealizados. A verdade de que Adão foi o primeiro homem não é seu pensamento ou meu pensamento nesse sentido, pois estes novamente estão contaminados pela imprecisão e confusão em nossos

---

<sup>262</sup> Veja o cap. 3, n. 9.

<sup>263</sup> Entre as muitas passagens em que isso fica claro, as seguintes são típicas. GII131: “Pode-se negar que tudo (seja gênero, espécie ou indivíduo) tem uma noção completa, segundo a qual é concebido por Deus, que concebe tudo perfeito? ...” G VII 310: A mente de Deus é a região das ideias e verdades. LH IV VII C 108v: *Idea est conceptus in mentis agentis*. Jag 6: Somente Deus tem uma ideia completa de círculo; nós não.

conceitos de Adão e dos outros elementos envolvidos.<sup>264</sup> É antes ser identificada com o pensamento de Deus.

Em terceiro lugar, parece que todos os habitantes da “região das ideias” de Leibniz são eles próprios apenas conceitos ou compostos ou séries de conceitos. Nenhum exemplo é dado de uma ideia que claramente não é um conceito. Propriedades, atributos, noções e termos (sujeitos e predicados, gerais e singulares) são, todos eles, conceitos. Os mundos possíveis são aglomerados de conceitos individuais completos, e mesmo as proposições, como vimos, são consideradas por Leibniz como combinações de conceitos e como os próprios conceitos. Portanto, se existe uma maneira de traduzir a conversa sobre conceitos em conversas sobre indivíduos concretos, ela se aplicará a todos esses outros itens também.

Com esses pontos em mente, pode-se fazer uma conjectura plausível, pelo menos de maneira geral, sobre como as afirmações sobre o mundo Ideal poderiam ser tratadas nominalmente. Deus é a substância individual por excelência. Como qualquer outra mônada, ele é caracterizado por vários acidentes individuais que são o fundamento da verdade do que se diz sobre ele. Em virtude de alguns desses acidentes podemos dizer verdadeiramente que ele tem certas capacidades, que poderia ter criado um mundo com tais e tais características. Assim, ele poderia ter criado um mundo em que não houvesse pecado, embora não o tenha feito.<sup>265</sup> Agora, esse fato pode ser reformulado como “existe um mundo possível sem pecado que Deus poderia ter tornado real”, mas o compromisso ontológico na reformulação seria apenas aparente. Um marceneiro que está prestes a fazer uma mesa pode fazê-la em qualquer um de um número infinito de formas e tamanhos; mas se descrevermos esta situação dizendo “existem infinitas mesas possíveis, qualquer uma das quais nosso marceneiro pode trazer à existência”, não devemos tomar muito literalmente o que dissemos. É apenas uma maneira bastante elegante de dizer que o marceneiro tem uma certa capacidade. Seu valor de verdade é completamente determinado pelas propriedades do marceneiro. Da mesma forma, a afirmação muitas vezes repetida de Leibniz de que o mundo real é apenas um dos infinitos mundos possíveis, que parece

---

<sup>264</sup> Cf. GIV 422 (L 290).

<sup>265</sup> G VI 108. Ver também cap. 4, n. 3. Claro, há a dificuldade, com a qual Leibniz lutou durante a maior parte de sua vida filosófica, que ele também quer dizer que a natureza de Deus é desejar apenas o melhor. Cf. Adams (1982), 247ss. Mesmo que este mundo seja o melhor, no entanto, isso não significa que Deus não poderia ter criado outro mundo além deste, pois “poderia” e “irá” gerar contextos oblíquos. Ao dizer (G VI216, H 233), a propósito deste problema, que os objetos da vontade não devem ser confundidos com os objetos do poder, Leibniz estava de fato rejeitando o querer como uma das coisas que podemos ou não podemos fazer? Ele diz em algum lugar que não desejamos o que desejamos, mas desejamos o melhor. Cf. a discussão em Adams (1982), 255ss., sobre “este = o melhor” como contingente; Grua 351, 305ss., 336, 493.

comprometê-lo com uma elaborada ontologia de entidades abstratas, precisa apenas ser entendida como uma afirmação sobre a capacidade de uma substância individual simples, a saber, Deus, de agir de diversas maneiras.<sup>266</sup>

A mesma abordagem parece funcionar para conceitos em geral. Por exemplo, a alegação de que o conceito de Adão contém tudo o que pode ser atribuído a ele poderia ser reduzida à afirmação de que Deus, ao considerar a possibilidade de criar Adão, estava ciente de tudo o que aconteceria com ele; é, novamente, uma declaração sobre Deus.<sup>267</sup> O fato de Adão ser um objeto que se enquadra no conceito de Homem significa, talvez, que ao decidir criar Adão, Deus também decidiu criar um homem.<sup>268</sup> Para outro exemplo, dizer que a proposição de que Adão é o primeiro homem envolve o conceito de Adão é dizer que para Deus considerar se deve fazer o primeiro homem Adão, ele teve que considerar Adão. E assim por diante.

Não estou realmente preocupado com essas reduções conjecturais em detalhes, muito menos atribuindo-as a Leibniz. São apenas sugestões de como ele poderia ter procedido. Mas eu sustento que quando ele nos diz que mundos, conceitos e proposições possíveis existem apenas na “região das ideias” ou na “mente de Deus”,<sup>269</sup> o que ele pretende não é que existem dois tipos de existência, a saber, na mente de Deus e fora da mente de Deus, mas sim que afirmações que pretendem ser sobre esses tipos de entidades são apenas *compendia loquendi* para afirmações sobre as capacidades, intenções e decretos de Deus.

Deve-se admitir que em algumas das passagens em que Leibniz discute explicitamente ou indica implicitamente o tipo de ontologia à qual se subscreve, ele escreve como se houvesse dois reinos ou domínios de ser basicamente diferentes, a saber, o Real e o Ideal. Isso tem tentado

---

<sup>266</sup> Ou, talvez, a capacidade de Deus de pensar de certas maneiras. Em G VII 263 (L 207) aprendemos que uma ideia de uma coisa é uma disposição ou uma capacidade de pensar nessa coisa; em G VI 253 os mundos possíveis são descritos como “planos”; em Gil 51 (M 57) Leibniz fala do número infinito de possíveis “maneiras de criar o mundo de acordo com os diferentes planos que Deus poderia formar”. Em G IV 556 (L 575) os mundos possíveis estão “na mente de Deus”. Em G VII 190 Leibniz quase dá uma análise nominalista de afirmações no sentido de que uma proposição ou pensamento P é verdadeiro. Observando que pensamentos possíveis, não necessariamente reais, estão envolvidos, ele oferece essencialmente o seguinte: se alguém pensasse dessa maneira, pensaria verdadeiramente.

<sup>267</sup> LH IV VII C 111-14 (Fasz. 2, # 107, 417): “Quando Deus concebeu a substância de Pedro, também concebeu tudo o que aconteceu ou acontecerá com ele.” Grua 311: Para Deus ter um conceito completo de Pedro possível é para ele saber completamente o que seria verdadeiro de Pedro se ele existisse.

<sup>268</sup> Ou, que a proposição “Adão é um homem” é uma verdade, ou seja, que existe na inteligência de Deus, ou, em outras palavras, simplesmente que Deus sabe que Adão é um homem.

<sup>269</sup> G VII 305 (L 488), 311; G VI614-16, seções 43 e 53 (L 647-48); cf. G VI 362-63 e A.6.6.447. A.6.6.87: As verdades são disposições para pensar. G VI 440: “A própria possibilidade de coisas que não existem realmente tem sua realidade fundada na existência divina, pois se Deus não existisse, nada seria possível”. Cf. G VI 226-27, Grua 393. As afirmações de que mundos possíveis “têm sua realidade na mente de Deus” eu interpreto como significando que as contrapartes objetivas de proposições sobre mundos possíveis são estados da substância individual que é Deus.

expositores a supor que ele é um daqueles filósofos que pensam que a existência vem em muitas variedades, frequentemente descritas com a ajuda da perigosa palavra “como” (latim *qua*). Assim, ouve-se que, embora Hamlet não exista como uma pessoa real, de carne e osso, ele existe como um personagem na peça de Shakespeare ou como produto da imaginação de alguém. Ou, buscando com gratidão a palavra “subsistir”, os proponentes desse ponto de vista às vezes dirão que, embora Pegasus, Hamlet e companhia não existam, eles subsistem (o que se supõem ser menos efêmero do que não existir de todo).

Penso que é evidente que Leibniz não concorda com nada disto. Ele não pensa que realmente existe outra coisa senão a realidade. Existem, de fato, afirmações inteligíveis que dão a aparência de serem sobre outras coisas que não o Real, mas devem ser entendidas como reformuláveis em afirmações nas quais é claro e explícito que o que está sendo falado é alguma parte da realidade.<sup>270</sup> Leibniz concorda com a máxima de Berkeley de que se deve “pensar com os eruditos, mas falar com os vulgares”; e assim, embora às vezes ele ache conveniente se expressar como se houvesse uma “região de ideias” além do mundo real de substâncias individuais, sua opinião séria é que existe apenas um domínio, a saber, o Real.

### 3. Nominalismo e a Reforma da Linguagem

Essa metafísica nominalista fornece a base e a motivação para muito do que Leibniz diz sobre a linguagem. Se o mundo real consiste exclusivamente de substâncias individuais com acidentes, é natural supor que ele poderia, em princípio, ser completamente descrito por um conjunto de proposições de forma 'A é, B', onde A é o conceito individual completo de uma dada substância, e B é um conceito sob o qual a substância é incluída no tempo *t* em virtude de um ou mais de seus acidentes. Outras verdades poderiam ser geradas a partir delas, fazendo proposições “reflexivas” sobre elas. Assim, passando das proposições às sentenças, pode-se supor que tudo o que pode ser dito, pelo menos no modo indicativo ou descritivo, poderia ser dito por meio de uma linguagem na qual todas as sentenças declarativas foram obtidas pelos meios acima mencionados a partir de um núcleo de sentenças atômicas da forma 'A é, B' onde

---

<sup>270</sup> Assim, às vezes Leibniz faz afirmações no modo material que, se fossem devidamente colocadas no modo formal, seriam vistas como afirmações sobre redução. Por exemplo, quando ele diz (GIV 559, L 577-78) que agregados de substâncias são apenas “resultados”, ele é melhor entendido como dizendo que qualquer afirmação sobre tal agregado é redutível a afirmações sobre seus componentes.

A expressa um conceito individual completo e B expressa um conceito sob o qual indivíduos podem ser incluídos. Em tal linguagem, parece ter pensado Leibniz, todas as inferências seriam puramente formais; a complexidade poderia ser resolvida com a introdução de abreviaturas, *compendia loquendi*.

Leibniz considerava as línguas naturais muito longe de satisfazer esse tipo de ideal.<sup>271</sup> Não só se sentia incomodado por características tão óbvias como a sua vagueza e ambiguidade do vocabulário e a irregularidade da sintaxe, mas também as considerava sobrecarregadas por todo tipo de complicações desnecessárias. Por exemplo, ele acreditava ser possível se dar bem em latim sem nenhum dos casos oblíquos e considerava todas as diferenças de gênero, número, tempo, pessoa e modo igualmente supérfluo.<sup>272</sup> Como evidência empírica para esta hipótese, ele ocasionalmente menciona um certo padre dominicano da Pérsia, que ele conheceu em Paris e que falava com grande fluência um latim quebrado no qual tais diferenças foram totalmente negligenciadas. No entanto, diz Leibniz, não houve dificuldade nenhuma em entendê-lo <sup>273</sup>. Obviamente, seu ponto é que muitas das características gramaticais das línguas naturais não são essenciais para o seu funcionamento e poderiam ser descartadas sem perdas se nos propuséssemos a simplificar e racionalizar tais línguas. Leibniz reforça esse ponto observando várias línguas artificialmente simplificadas que de fato foram construídas em sua época com base no italiano, francês, alemão e latim, e que estavam sendo usadas de forma bem-sucedida.

274

De acordo com tais ideias, encontramos no *Nachlass* um grande número de notas e apontamentos nos quais Leibniz parece estar tentando reduzir determinadas sentenças latinas a combinações de sentenças 'A é B' nas quais substantivos e adjetivos aparecem apenas no caso nominativo.<sup>275</sup> Segue uma amostra de tais entradas.

---

<sup>271</sup> Os estudos de Leibniz sobre línguas naturais foram muito extensos e sem dúvida afetaram sua concepção de como seria uma língua ideal. Heinekamp (1972) fornece um relato detalhado desse assunto.

<sup>272</sup> C 286 (P 13); cf. C 244 (P 13), 287 (P 14-15), 290 (P 16), 353.357. C 281-82: Todos os verbos podem ser eliminados em favor do único verbo est. C 433: A distinção entre substantivo e adjetivo é dispensável. A.6.2.486: Todo caso oblíquo de um substantivo pode ser resolvido no nominativo [mas Leibniz usa casos oblíquos de pronomes relativos para fazer isso]. LH IV VII B 40-49 (Fasz. 2, #97, 376): A declinação de adjetivos é desnecessária em vista do fato de que os substantivos são declinados; da mesma forma, não há necessidade de número no verbo, pois o substantivo mostra isso suficientemente. Da mesma forma, é desnecessário que verbos indiquem pessoa, quando temos os pronomes “eu”, “você”, “ele”, etc.

<sup>273</sup> C286(P13); A.6.6.279; CL59n. 2

A.6.6.278

<sup>275</sup> Cf. C 357. C 35: todas as proposições são analisáveis em combinações das partículas *est*, *et*, *non*, etc., e substantivos no caso nominativo.

*Titius é mais sábio que Caio, isto é, Titius é sábio, e enquanto sábio é superior na medida em que Caio enquanto sábio é inferior.*<sup>276</sup>

*Caio é morto por Titius, isto é, no aspecto em que Titius é um assassino, nesse aspecto Caio é morto.*<sup>277</sup>

*O etíope é branco de dentes, isto é, o etíope é branco à medida em que os dentes, que são partes enquanto o etíope é um todo, são brancos.*<sup>278</sup>

*Paris é amante de Helena, isto é, Paris ama e eo ipso Helena é amada.*<sup>279</sup>

*Pedro escreve lindamente, ou seja, Peter escreve algo bonito (ou Pedro escreve, e o que Pedro escreve é lindo).*<sup>280</sup>

*Pedro fica bonito levantado, isto é, Peter é bonito na medida em que está de pé.*<sup>281</sup>

*Os homens estão escrevendo, isto é, Titius está escrevendo, Caio está escrevendo, Titius é um homem, Caio é um homem.*<sup>282</sup>

*Pedro é semelhante à Paulo... é reduzido às proposições Pedro é A agora e Paulo é A agora.*<sup>283</sup>

*A espada de Evander, ou seja, a espada que é propriedade na medida em que Evander é dono.*<sup>284</sup> Ora, a propriedade é o que é usado na medida em que alguém age e na medida em que é justo. Assim, quando tudo se reduz ao nominativo, temos: *A espada é de Evander, isto é, se a espada é usada quando Evander age, Evander é justo nessa medida, ou se a espada é usada na medida em que Evander atua, então, nesse aspecto, Evander é justo.*<sup>285</sup>

*A espada de Evander é excelente, isto é, a espada é excelente que, se for usada porque Evander age, Evander não é, portanto, injusto.*<sup>286</sup>

---

<sup>276</sup> C280.

<sup>277</sup> LH IV VII B III 60r.

<sup>278</sup> Cf. Jungius, *Logica Hamburgensis*, 92.17. O etíope de dentes brancos aparece pela primeira vez em Aristóteles *De Soph.* El. 167 a 10-13.

<sup>279</sup> C287.

<sup>280</sup> C244.

<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> Ibid.

<sup>283</sup> Ibid. Cf. LH IV vii C 98 (Fasz. 1, #56, 17): “Sua pele é como leite” — a similitude é resolvida em duas proposições, por exemplo, “Sua pele é A” e “Leite é A.” Daí surge a relação de semelhança.

<sup>284</sup> LH IV VII BIII 26r (Fasz. 2, #95, 350).

<sup>285</sup> Ibid. Ele prossegue dizendo: “Portanto, é apenas uma questão daquelas conjunções que conectam proposições. De fato, a palavra *quatenus* [na medida em que] deve ser explicada da seguinte maneira: se a espada é usada porque Evander age, não é o caso que Evander é, portanto, injusto.

<sup>286</sup> Ibid.

*Esta vila está a uma milha (literalmente, mil passos) da cidade, ou seja, esta vila é um terminal na medida em que a cidade é um terminal e na medida em que o caminho entre elas termina e é um todo na medida em que sua a milésima parte é um passo.*<sup>287</sup>

*Eu envio a você o dinheiro de John para troca, ou seja, eu sou o remetente do dinheiro de John a ser trocado, do qual você será o destinatário. (Chamo o dinheiro “a ser trocado” [cambiata] para evitar o abstrato “troca” [cambium]. Um remetente do que deve ser trocado [missor cambiati] pode ser chamado, em uma palavra, um “trocador” [campsor]).*<sup>288</sup>

*Atuo por [per] um advogado, ou seja, atuo na medida em que [quatenus] o advogado atua. Mas isso não parece expressar satisfatoriamente que meu ato e o ato do advogado são um e o mesmo. Então, ao contrário, eu ajo como [ut] o advogado age. Assim, eu intento a ação através de um advogado, ou seja, eu sou quase aquele que propõe a ação...*<sup>289</sup>

Essas curiosas entradas, que Leibniz chama de “análises”, “reduções” ou “resoluções”<sup>290</sup>, aparentemente representam suas tentativas de mostrar, em uma variedade de casos particulares, que por meio de apenas dois tipos de proposições poderíamos, em princípio, dizer tudo sobre o mundo que agora dizemos por meio de uma variedade muito maior de estruturas. Os dois tipos em questão são (1) proposições de forma '*A é, B*', onde na maioria dos casos *A* é um conceito individual completo e *B* é qualquer conceito, e (2) proposições “reflexivas” sobre proposições do tipo (1).

Observe que na galeria de análises que acabamos de apresentar, alguns dos casos fornecem uma proposição logicamente equivalente, e outros não. Como uma análise de

*Titius é mais sábio que Caio,*

Leibniz propõe a proposição reflexiva

*Titius é sábio, e **qua** sábio é superior na medida em que [quatenus] Caio **qua** sábio é inferior*

Esta é uma proposição sobre Titius, Caio e as quatro proposições tipo (1) “Titius é sábio”, “Titius é superior”, “Caio é sábio”, “Caio é inferior”; sua reflexividade é indicada pela presença dos operadores *qua* e *quatenus*. Claramente, a proposição reflexiva pretende ser

---

<sup>287</sup> LH IV VII B III 60r.

<sup>288</sup> Ibid. Cf. C 239.

<sup>289</sup> LH IV VII B III 6 Ou.

<sup>290</sup> A.2.1.457: “A *análise* nada mais é do que substituir simples no lugar de composições, ou princípios no lugar de proposições derivadas, isto é, resolver teoremas em definições e axiomas e, se necessário, resolver os próprios axiomas em definições”. A.2.1.398: “A *demonstração* nada mais é do que a resolução de verdades em outras verdades já conhecidas.”

equivalente à original; de fato, no manuscrito Leibniz riscou as tentativas anteriores, cada vez acrescentando uma nota no sentido de que não inclui este ou aquele fato (por exemplo, que Titius é sábio), que está implícito no original. Por outro lado, para

*Os homens estão escrevendo*

Leibniz dá

*Titius está escrevendo, Caio está escrevendo, Titius é um homem, Caio é um homem.*

Podemos interpretar isso como uma coleção de proposições do tipo (1) ou como uma conjunção delas. De qualquer forma, no entanto, obviamente não é apresentado como equivalente à proposição original. Em vez disso, o ponto parece ser apenas que, em qualquer ocasião em que “homens estão escrevendo” pudesse ser verdadeiramente afirmada, haveria um grupo de proposições como as mencionadas, embora, é claro, não necessariamente as mesmas, que juntas implicam “homens estão escrevendo” e seriam tornadas verdadeiras por quaisquer substâncias com acidentes que tornassem verdadeira “Os homens estão escrevendo”. Outro exemplo desse tipo de caso é a “resolução” de

A é semelhante a B

em

*A é vermelho e B é vermelho.*<sup>291</sup>

Leibniz certamente não está nos dizendo que duas coisas são semelhantes se e somente se ambas forem vermelhas. O ponto novamente deve ser que sempre que '*A é semelhante a B*' for verdadeira, haverá um par de proposições verdadeiras da forma '*A é C*' e '*B é C*' que a implicam e se tornam verdadeiras pelas mesmas substâncias com acidentes que são o fundamento de sua verdade.

Assim, também para o segundo tipo de caso, Leibniz poderia muito bem ter proposto análises reflexivas que seriam equivalentes. Por exemplo,

*'A é semelhante a B'*

ele poderia ter dado

Para algum conceito *C*, as proposições '*A é C*' e '*B é C*' são verdadeiras, e de forma semelhante ele poderia ter analisado

*Os homens estão escrevendo*

Como

---

<sup>291</sup> LH IV VII C 17r. Cf. a definição de “semelhante” em GM VII 19 (L 667).

Para pelo menos dois conceitos individuais  $A$ , as proposições ' $A$  está escrevendo' e ' $A$  é um homem' são verdadeiras.<sup>292</sup>

Esse assunto surgirá novamente quando considerarmos o que Leibniz tem a dizer sobre relações e sobre proposições relacionais. Antes de encerrarmos, porém, devemos observar que o termo “redução” (*reductio*) e seus cognatos são usados por Leibniz em um sentido bastante amplo para abranger vários tipos de processos e resultados. Seguindo o sentido clássico, ele fala da redução dos modos do silogismo uns aos outros, ou, de forma mais geral, da redução de um problema a outro. Às vezes, porém, ele “reduz” uma proposição a outra, como quando “Algum homem é instruído” é reduzido a “Um homem instruído é uma entidade”<sup>293</sup>. Nesses casos, geralmente fica claro que o resultado da redução pretende ser logicamente equivalente à proposição reduzida.<sup>294</sup> Mas, como foi apontado acima, há casos em que não é assim. Nesses casos, parece que tudo o que é necessário para que uma proposição  $A$  seja redutível a proposições de forma categórica simples é que, em qualquer ocasião em que  $A$  possa ser verdadeiramente afirmado, haverá outras proposições (talvez diferentes em ocasiões diferentes) que têm a forma simples necessária e são tais que  $A$  segue delas e elas se tornam verdadeiras por quaisquer estados de coisas que tornam  $A$  verdadeiro.

Se perguntarmos por que Leibniz estava interessado em reduzir toda a língua latina a uma divisão regrada na qual substantivos, pronomes e adjetivos ocorrem apenas no caso nominativo, a resposta parece ser que ele concebeu isso como preliminar para a construção da língua formalizada com que sonhou.<sup>295</sup> Se perguntarmos por que ele pensou ser possível fazer tal redução, a resposta, como sugerimos antes, parece estar em sua metafísica: se o mundo consiste exclusivamente de substâncias com acidentes, nossos pensamentos descritivos sobre ele devem, em última instância, poder ser formulados de modo que a substância ou substâncias que se enquadram em um conceito também se enquadram ou não se enquadram em outro; pois os acidentes de uma substância determinam sob qual conceito ela está incluída, e pensar descritivamente sobre uma substância consiste em levá-la a se incluir sob este ou aquele

---

<sup>292</sup> C 363 (P 54): Se  $L$  é uma proposição direta, ' $L$  é verdadeiro' é reflexivo.

<sup>293</sup> C233.

<sup>294</sup> De fato, em C 244 é indicado que, pelo menos em alguns casos, os resultados das reduções devem ser substituíveis pelas expressões reduzidas salvo sensu. Na análise, as proposições são “resolvidas” em definições e axiomas, ou seja, em outras proposições (G1205). Em A.2.1.497, Leibniz diz que [os conceitos de] calor, frio e cores, que são *protonoemata secundum nos*, “podem, no entanto, ser resolvidos, pois eles têm suas causas”. Em outro lugar, ele “resolve” o verde em amarelo e azul. O que significa a “resolução” de um conceito em outro é muito obscuro, para dizer o mínimo.

<sup>295</sup> G VII 28ss.

conceito.<sup>296</sup> Ao contrário do que alguns comentadores parecem ter acreditado, não há oposição entre esses dois aspectos de suas tentativas de redução.

#### 4. A Língua Filosófica

Nenhum leitor de Leibniz pode deixar de se impressionar com os esquemas variados e notáveis que sua mente fértil continuamente apresentava para o aperfeiçoamento da humanidade. Existiam seus grandes planos para reconciliar católicos e protestantes (reduzindo assim as chances de outra Guerra dos Trinta Anos) e para resolver o problema de disponibilizar assistência médica adequada a todos. Existiam projetos de médio porte como os de fundar sociedades eruditas, bombear água das minas de prata de Harz, persuadir Luís XIV a não atacar o norte da Europa e impedir que Veneza afundasse ainda mais no mar. E existiam inúmeros projetos pequenos, como os de uma cadeira de rodas melhor, um relógio melhor e um mecanismo para ajudar a roda de uma carruagem a ultrapassar obstáculos com mais facilidade.

Mas, de certa forma, o maior esquema de todos, que Leibniz aparentemente perseguiu desde o início de sua carreira até o fim,<sup>297</sup> foi o de estabelecer uma *Língua filosófica*, uma linguagem artificial na qual a estrutura do pensamento humano seria perfeitamente representada — ou pelo menos mais perfeitamente representada do que por qualquer linguagem natural existente<sup>298</sup>. Referências a esse projeto, muitas vezes acompanhadas de afirmações extravagantes sobre os grandes benefícios que dele adviriam, preenchem seus escritos; e, como vimos na seção anterior, muitos de seus textos filosóficos mais tentadores parecem ser notas ou partes de estudos preliminares direcionados à criação de tal linguagem.

Na época de Leibniz, grandes avanços bem recentes haviam sido feitos na matemática — não menos importante, é claro, pelo próprio Leibniz. Esse desenvolvimento bem-vindo deveu-se em grande parte, em sua opinião, às notações aprimoradas que passaram a ser usadas. Não poderia ser atribuído ao gênio dos próprios matemáticos, como ele explica em uma passagem divertida, pois quando eles se aventuram fora de seu próprio campo, os resultados

---

<sup>296</sup> C 395 (P 84): “Toda proposição que é comumente usada no discurso chega a isso, que é dito qual termo contém o quê.” LHIV VII B 3 25-26 (Fasz. 2, # 95,350): “Em uma gramática racional é possível dispensar substantivos abstratos.”

<sup>297</sup> GVII 185ss. (L222ss.).

<sup>298</sup> Outros nomes para a *Lingua Philosophica* eram *lingua rationales* e *lingua universalis*. Ver Arndt (1967), 71.

mostram que em inteligência eles não superam em nada o resto da humanidade.<sup>299</sup> Em vez disso, o progresso na matemática resulta da qualidade admirável de sua linguagem (e, sem dúvida, a linguagem por sua vez é aprimorada pelo progresso do assunto). Se ao menos pudéssemos encontrar caracteres ou sinais adequados para expressar todos os nossos pensamentos tão bem quanto os sinais da aritmética expressam nossos pensamentos sobre números, poderíamos raciocinar sobre tudo com o mesmo rigor e suavidade que fazemos na álgebra ou na geometria.<sup>300</sup>

Leibniz esperava obter duas vantagens principais da *Lingua Filosófica*, embora também houvesse vários “benefícios marginais” menos importantes. Em primeiro lugar, a linguagem tornaria possível a chamada Arte do Raciocínio (*Ars ratiocinandi* ou *Ars iudicandi*). Ao organizar a sintaxe de forma que todas as inferências válidas fossem formalmente válidas (isto é, de modo que todas as inferências da mesma forma fossem igualmente válidas), ele esperava estender o rigor da matemática ao raciocínio em geral.<sup>301</sup> Seu objetivo, ele nos diz, era “empregar signos que são construídos de tal forma que todas as inferências que possam ser extraídas procedem imediatamente das próprias palavras ou caracteres”. Como exemplo do que ele tem em mente, consideraremos a inferência: *Davi é o pai de Salomão; portanto, Salomão é filho de Davi*. “Este *consequente*”, diz ele, “não pode ser demonstrado a partir das palavras latinas, a menos que sejam resolvidas em outras equivalentes”.<sup>302</sup> A sugestão é que quando a inferência fornecida, que em sua forma atual é sólida, mas não formalmente sólida, é transformada pela substituição de “pai de” e “filho de” por expressões definidoras adequadas, a transformação da conclusão será uma consequência formal da transformação da premissa. Da mesma forma, ao reduzir “Pedro é semelhante a Paulo” para “Pedro agora é *A* e Paulo agora é *A*”, ele procura converter a inferência sonora, embora não formalmente sólida, “Pedro é

---

<sup>299</sup> C335.

<sup>300</sup> C155.

<sup>301</sup> C 153, 156, 176, 244, 284-85. Assim, em sua opinião, a principal vantagem da notação binária é que ela permite que um número maior de identidades aritméticas se torne algorítmicamente demonstrável. Como exemplo do que ele quer dizer, ele oferece (C 285): para

$3 \times 3 = 9$ .

$$\begin{array}{r} \text{II} \\ \text{II} \\ \hline \text{II} \end{array}$$

<sup>1001</sup>

<sup>302</sup> C 284. Cfr. A.6.6.479, C 427. Sobre este exemplo e sua história, veja Burk 66 e suas notas.

semelhante à Paulo; portanto, Paulo é semelhante a Pedro”, em uma inferência formalmente sólida baseada na comutatividade de “e”.<sup>303</sup>

Leibniz assumiu ainda (erroneamente, como agora percebemos) que se todas as inferências válidas em uma linguagem fossem formalmente válidas, haveria necessariamente um procedimento de decisão algorítmica para determinar se as inferências dadas eram corretas ou não<sup>304</sup>. Dessa forma, muitos argumentos inúteis poderiam ser evitados; os disputantes simplesmente se sentariam juntos e diriam *calculemus*.<sup>305</sup> Em uma ciência dedutiva com um conjunto completo de axiomas verdadeiros, o mesmo procedimento, é claro, decidiria tanto a verdade quanto a validade.

Leibniz reconheceu, no entanto, que haveria uma exceção a tudo isso: observe que essa linguagem é de fato um juiz de controvérsias, mas apenas em questões não sobrenaturais e não nas de revelação; pois os termos que ocorrem nos mistérios da teologia revelada não são suscetíveis de tal análise, senão seriam perfeitamente compreendidos e não haveria mistério neles. E quando palavras comuns devem ser transferidas para falar de revelação, elas adquirem um sentido diferente e mais elevado.<sup>306</sup>

---

<sup>303</sup> C 244. Em outro lugar ele analisa “*A* é simultâneo com *B*” em “*A* existe hoje e *B* existe hoje”, presumivelmente com propósito similar. Em muitas passagens, Leibniz parece supor que todas as inferências formalmente válidas podem ser feitas por substituições. Cf. C 261, 327, 3 51.407.496. Além disso, em seus cálculos formais, ele permite a reescrita de variáveis livres, que ele obviamente interpreta como dependentes do fato de que, se uma inferência é sólida para quaisquer indivíduos (atribuída às variáveis livres), ela é sólida para todos. Veja, por exemplo, G VTI 224 (P 42-43).

<sup>304</sup> Mates certamente está se referindo às consequências associadas às descobertas de Gödel de por volta de 1930, seu teorema da incompletude e similares; que fez ruir de uma só vez muitas das pretensões logicistas e fundacionistas (N.E.).

<sup>305</sup> GVII 125, 200; C 156, 176; AI4.315; Bodemann 82. Em LHIV VII C 160-61 (Fasz. 1, #60) Leibniz argumenta da seguinte forma: As crianças, que têm pouca experiência, são capazes de compreender muito do que um instrutor competente lhes explica, mesmo que não lhes mostre nada mas apenas descreva. Por isso, é necessário que os conceitos de todas essas muitas coisas estejam latentes nelas e surjam a partir das poucas que já conhecem. Assim, uma criança inteligente e atenta, por mais inexperiente que seja, pode compreender um professor que discursa sobre matemática, moral, jurisprudência e questões metafísicas — compreenderá, digo eu, pelo menos no momento em que lhe são apresentadas, mesmo que, por falta de experiência, ele é incapaz de os reter ou de os pôr em prática. É irrefutável que se alguém introduzisse num catálogo todos os conceitos primitivos que essa criança tem, com uma letra ou um carácter a cada um deles, bem como todos os conceitos compostos por estes (ou seja, todos os conceitos que poderiam ser (ou seja, todos os conceitos que podem ser explicados a essa criança sem lhe pôr nada de novo diante dos olhos), ele seria capaz de designar [todos os estes] com combinações dessas letras ou caracteres.... Esta designação de conceitos terá a virtude de que a mesma relação entre os caracteres e entre os conceitos, o que não é o caso no discurso corrente.... Assim, afirmo que todas as verdades que podem ser demonstradas sobre coisas exprimíveis nesta linguagem com a adição de novos conceitos ainda não expressos nela — todas essas verdades, digo, podem ser demonstradas *solo calculo*, ou apenas pela manipulação de caracteres de acordo com uma certa forma, sem qualquer trabalho da imaginação ou esforço da mente, tal como acontece na aritmética e na álgebra.

<sup>306</sup> C285.

A segunda grande vantagem a ser fornecida pela *Lingua Filosófica* era que ela promoveria a Arte da Descoberta (*Ars inveniendi*). Leibniz diz que uma notação engenhosamente projetada poderia servir como um *filum Ariadnaeum* [, o fio de Ariadne], estimulando e guiando a mente para novas descobertas.<sup>307</sup> Como observado acima, ele atribuiu o grande progresso na matemática exatamente a essa causa. Além das linguagens da álgebra e geometria, ele cita como exemplo a notação que introduziu recentemente para o cálculo diferencial e integral.<sup>308</sup> Talvez ele tivesse em mente sua representação da derivada como o quociente  $dy/dx$  de dois “diferenciais” infinitesimais. Embora esse dispositivo seja enganoso, sugerindo, como o faz, que  $dy$  e  $dx$  são duas funções, cujo quociente é a função que é a derivada de  $y$  em relação a  $x$ ; ele tem valor heurístico, tornando tais teoremas como

$$\frac{dy \cdot dv}{dv \cdot dx} = \frac{dy}{dx}$$

e

$$\frac{dy}{dx} = \frac{1}{\frac{dx}{dy}}$$

parecerem óbvio.<sup>309</sup>

Assim, os principais benefícios a serem derivados da nova língua seriam uma *ars iudicandi* e uma *ars inveniendi*. Mas haveria alguns subprodutos importantes. Por exemplo, os usuários da linguagem racional se verão na impossibilidade de falar disparates. Em uma passagem famosa, maravilhosa por seu otimismo, Leibniz diz:

Agora os caracteres que expressam todos os nossos pensamentos constituirão uma nova linguagem que pode ser escrita e falada; esta linguagem será muito difícil de construir, mas muito fácil de aprender. Será rapidamente aceita por todos por sua grande utilidade e sua surpreendente facilidade, e servirá maravilhosamente na comunicação entre vários povos, o que o ajudará a ser aceita. Os que escreverem nesta língua não cometerão erros, desde que evitem erros de cálculo, barbarismos, solecismos e outros erros de gramática e construção. Além disso, esta linguagem possuirá a maravilhosa propriedade de silenciar os ignorantes. Pois as pessoas serão incapazes de falar ou escrever sobre qualquer coisa exceto o que entendem, ou se tentarem fazer isso, uma das duas coisas acontecerá: ou o vazio do que eles propuserem será visível para todos, ou eles aprenderão escrevendo e falando; como, de fato, aqueles que calculam aprendem escrevendo e aqueles que falam às vezes obtêm um sucesso que não imaginaram, a língua correndo à frente da mente. Isso acontecerá especialmente com a nossa linguagem, por causa de sua exatidão. Tanto assim, que não haverá equívocos ou anfibolias, e tudo o que for dito de forma

<sup>307</sup> A.2.1.241; cf. A.2.1.428.

<sup>308</sup> G VII 21; cf. GBr xiv e Gerhardt (1848), 134.

<sup>309</sup> Para um relato breve e lúcido de como a noção de “diferenciais” infinitamente pequenos foi resgatada na “análise não padronizada” de Abraham Robinson, veja Oberschelp (1969).

inteligível nessa linguagem será dito com propriedade. Essa linguagem será o maior instrumento da razão.<sup>310</sup>

E ainda outro benefício advindo da linguagem racional seria a propagação da fé:

Onde está linguagem puder ser introduzida por missionários, a verdadeira religião, que está em completo acordo com a razão, será estabelecida, e a apostasia não será mais temida no futuro do que seria uma apostasia dos homens da aritmética ou geometria que eles uma vez aprenderam. Por isso repito o que tenho dito muitas vezes: que nenhum homem que não seja um profeta ou um príncipe pode empreender algo de maior bem para a humanidade ou mais adequado para a glória divina.<sup>311</sup>

Leibniz também afirma que quem aprender a *Lingua Filosófica* aprenderá de fato uma enciclopédia.<sup>312</sup> A razão para isso é que o conceito predicado de toda proposição verdadeira está contido no sujeito, e a *Lingua Filosófica* representará perfeitamente todas as proposições.

Como seria construído esse maravilhoso instrumento da razão? A ideia principal era a chamada Lei das Expressões: “A lei das expressões é esta: a expressão de uma dada coisa [*res*] deve ser composta das expressões daquelas coisas cujas ideias compõem a ideia da coisa dada.”<sup>313</sup>

Quando decifrada, essa afirmação bastante complicada significa que, penso eu, assim como um conceito complexo é composto de outros mais simples, a expressão linguística que representa esse conceito deve ser composta de expressões que representam seus componentes. Para evitar o peso da notação, Leibniz também contempla a introdução de outros termos por definição explícita;<sup>314</sup> mas quando todos os termos definidos são eliminados, deveríamos ser capazes de dizer, apenas pelas próprias expressões linguísticas representativas, se um determinado conceito está incluído em outro. Ou, pelo menos, seremos capazes de dizer isso se formos suficientemente sábios e o caso não envolver análise infinita. Todas as proposições simples, é claro, afirmam tal inclusão. Consequentemente, assim como o matemático pode

---

<sup>310</sup> 70 C 156-57 (S 16). Cf. G III 605 (L 654); GM I 186 (L 166); G VII 4n., 23, 205; A.2.1.428; Burk 190.

<sup>311</sup> G VIII88-89 (L 225).

<sup>312</sup> A.2.1.240. Cf. Schulz (1970), 133.

<sup>313</sup> Bodemann 80-81. Cf. C 50 (P 17); GM VII 8; G VII 22-23; A.2.1.240. Em “The Philosophy of Logical Atomism” (reimpresso em *Essays in Logic and Knowledge*, ed. RC Marsh, London, 1956, vol. 5, 197-98), o próprio Russell adota uma ideia semelhante: “Em uma linguagem logicamente perfeita há haverá uma palavra e não mais para cada objeto simples, e tudo o que não for simples será expresso por uma combinação derivada, é claro, das palavras para as coisas simples que entram, uma palavra para cada componente. “Observe que Leibniz não diz que a expressão de uma coisa deve ser composta das expressões de suas partes. Assim, não concordo com Patzig (1969), 36, que para construir sua linguagem artificial Leibniz precisaria de um conhecimento completo da realidade. O projeto pressuporia, como admite Leibniz (G III 216), “a verdadeira filosofia”, ou seja, a análise completa dos pensamentos. Cf. C 28 e G VII84 # 10. O *Nachlass* contém muitas listas de definições, que Leibniz também pode ter considerado preliminares à linguagem filosófica. Cf. C 437-510.

<sup>314</sup> C326.

calcular apenas com os sinais, sem ter que gastar tempo e esforço intelectual em consultar seus significados até chegar à conclusão, assim também o usuário dessa nova linguagem poderá proceder da mesma forma, porque os signos são isomórficos com os conceitos que representam.<sup>315</sup>

Claramente, todo esse esquema depende de duas características fundamentais da perspectiva filosófica de Leibniz. Primeiro, há sua metafísica nominalista: se tudo o que existe, em última análise, são substâncias-com-acidentes, então tudo o que pode ser dito sobre isso, pelo menos descritivamente, deve ser capaz de ser dito por meio de simples proposições ' $A$  é  $B$ ', onde  $A$  se refere a uma substância e  $B$  a um ou mais de seus acidentes (ou à substância em virtude de um ou mais de seus acidentes). Acrescente a isso sua filosofia conceitualista da linguagem: entre a linguagem e o mundo, e ligando-os, está a região das ideias ou conceitos; os conceitos são simples ou complexos, sendo os complexos formados a partir dos simples por uma operação correspondente à concatenação de adjetivos ou substantivos, possivelmente suplementada por algum tipo de complementação; proposições são um tipo especial de conceito, que tem outros conceitos como termos; e assim todo pensamento sobre o mundo, e mesmo o pensamento “reflexivo” sobre pensamento, consiste em distinguir, comparar, analisar ou sintetizar conceitos. Se, portanto, pudermos estabelecer um isomorfismo entre nossos conceitos e as expressões linguísticas que os representam, poderemos raciocinar usando os signos em vez dos próprios conceitos. Uma vez que os sinais são relativamente permanentes e facilmente identificáveis pela percepção sensorial, ao passo que obter um conceito claramente diante da mente pode exigir muito tempo e esforço, uma notação adequadamente construída nos permitirá realizar raciocínios longos e complexos que não conseguiríamos de outra forma. Essa, com todas as suas fraquezas e deficiências óbvias, é a essência do esquema de Leibniz.

---

<sup>315</sup> Leibniz chama isso de “raciocínio cego”, G VI423 (L 292); C 256-57. A.6.6.185-86: “... em tópicos e em circunstâncias onde nossos sentidos não estão muito envolvidos, nossos pensamentos são na maior parte o que poderíamos chamar de 'cegos' — em latim eu os chamo de *cogitationes caecae*. Quero dizer que eles são vazios de percepção e sensibilidade, e consistem no uso totalmente sem auxílio de símbolos, como acontece com aqueles que calculam algebricamente com atenção apenas intermitente às figuras geométricas que estão sendo tratadas. As palavras normalmente fazem a mesma coisa, a esse respeito, assim como os símbolos da aritmética e da álgebra. Frequentemente raciocinamos, em palavras, com o próprio objeto virtualmente ausente de nossa mente.” Cf. A.6.6.188f., 191, 202, 254, 259, 275, 286. Às vezes, porém, ele parece querer dizer com “pensamentos cegos” pensamentos que contêm uma “lacuna”. O assunto é discutido em detalhes em M. Dascal, *Leibniz's Semiotic* (no prelo), cap. 4, seg. 8.3. É interessante notar que uma das objeções de Leibniz às línguas naturais é que elas contêm expressões cujo sentido não é uma função dos sentidos de suas partes. Isso, ele observa, às vezes é verdadeiro até mesmo para sentenças inteiras, por exemplo, multa *cadunt inter calicem supremaque labra* (algo como “Há muitos deslizes entre a xícara e o lábio”). C 352.

A ideia de construir uma linguagem melhorada não era de forma alguma original de Leibniz. De fato, tais propostas eram comuns em sua época. Ele mesmo descreve várias línguas artificiais que já haviam sido criadas e eram usadas com mais ou menos sucesso. Estas incluíam, além da conhecida *Lingua Franca*, que era baseada no italiano e era usada no comércio do Mediterrâneo, certas línguas (*Rothwelsch*, Língua Zerga e Narquois) derivadas do alemão, italiano e francês e foram cunhadas por ladrões para que pudessem ser compreendidos apenas pelos membros de suas próprias gangues.<sup>316</sup> Leibniz também menciona duas línguas artificiais que não foram baseadas em línguas naturais, a saber, aquelas inventadas por Dalgarno e Wilkins.<sup>317</sup> Ele as admirava, mas as considerava inferiores em aspectos essenciais à que ele próprio estava propondo criar. Algumas notas que ele escreveu em cima de sua cópia do *Ars signorum* de Dalgarno são instrutivas:

Esta invenção foi perseguida e levada até a conclusão por John Wilkins, bispo de Chester, um distinto filósofo, matemático e teólogo, que é um dos fundadores da Royal Society. Seu trabalho sobre Caracteres Filosóficos, publicado em Londres, parece excelente. No entanto, como aponte para Robert Boyle e Henry Oldenburg, esses homens ilustres [Dalgarno e Wilkins] não parecem ter compreendido a magnitude ou o verdadeiro uso do projeto. Pois sua linguagem ou notação apenas realiza a facilitação da comunicação entre pessoas que falam línguas diferentes; mas a verdadeira Característica Real, como eu a concebo, deve ser considerada um dos instrumentos mais eficazes da mente humana, possuindo imenso potencial para [auxiliar na] descoberta, retenção e avaliação [do conhecimento]. Pois ela faz em todos os assuntos relevantes o que é feito na matemática pela aritmética e a notação algébrica, cujo grande poder e os usos admiráveis são bem conhecidos pelos experts.<sup>318</sup>

A isto deve-se acrescentar, porém, que enquanto Wilkins e Dalgarno completavam seus projetos, o plano muito mais ambicioso de Leibniz não passou de um sonho.

---

<sup>316</sup> A.6.6.279.

<sup>317</sup> John Wilkins, *Essaywards a Real Character and a Philosophical Language*, Londres, 1668; George Dalgarno, *Ars signorum: Vulgo character universalis et lingua philosophica*, Londres, 1661.

<sup>318</sup> Trendelenburg (1867), vol. 3,31-32